

»Entrevista | JOAQUIM PASSARINHO | DEPUTADO FEDERAL (PL-PA)

Líder da Frente Parlamentar do Empreendedorismo defende uma transição para o novo regime de trabalho enquanto o autor de estudos sobre o tema afirma que é possível adotar um modelo vantajoso para empregador e empregado

“Temos de saber quem paga a conta”

» WAL LIMA

Presidente da Frente Parlamentar do Empreendedorismo, o deputado federal Joaquim Passarinho (PL-PA) alerta para os impactor de uma mudança repentina na jornada de trabalho. O parlamentar defende que a discussão deve focar na redução gradual das horas semanais — de 44 para 40 horas ao longo de quatro anos — em vez de uma alteração imediata nos dias de folga. Segundo ele, essa transição evitaria um repasse inevitável de custos para o bolso do consumidor em itens básicos, como o pão, o remédio e a conta de luz. Ao comentar a disposição da Câmara para pautar o tema em um ano de calendário apertado, Passarinho reitera a necessidade de um debate sem demagogia.

Como avalia o fim da escala 6x1?

É uma bomba que foi armada, uma matéria muito sensível que o próprio governo evitou pautar no ano passado. Não se trata de ser contra ou a favor, mas a preocupação central é saber quem pagará a conta dessa mudança. Antes de se falar em escalas específicas como 6x1 ou 5x2, o ideal seria seguir a tendência mundial de focar em horas de trabalho e não apenas em dias.

Como seria a aplicação dessa mudança focada em horas de trabalho?

Uma proposta viável seria reduzir a carga de forma escalonada, retirando uma hora por ano, passando de 44 para 43, depois 42,

Reprodução Ipea



até chegar a 40 horas. Esse modelo daria tempo para o empresário se ajustar gradualmente. Ao focar na carga horária, o empregador consegue gerenciar melhor a rotatividade dos funcionários, permitindo que serviços essenciais, como hospitais, farmácias, postos de gasolina e transporte público continuem funcionando normalmente.

Quais são os principais riscos de uma mudança abrupta para escalas como a 5x2 ou 4x3?

Se um dia inteiro de trabalho

for retirado de uma hora para outra, o impacto econômico será muito grande. O pequeno empresário que hoje tem um funcionário poderá precisar contratar um segundo para cobrir as folgas, o que gera custos difíceis de absorver. Na prática, esses custos serão repassados para a planilha de preços, o que pode resultar em aumento no valor do pão, do remédio, da passagem de ônibus e até da conta de luz. No setor de serviços por aplicativo, por exemplo, o aumento no custo da

entrega pode desestimular o consumo e acabar gerando demissões de entregadores.

Há quem defenda que um trabalhador mais descansado produz mais, compensando a redução da jornada. O que o senhor pensa sobre isso?

Esse discurso de que um funcionário descansado produz 30% a mais pode ser uma teoria bonita mas, na prática, não funciona para todos os setores. Profissionais como médicos, frentistas,



Um frentista só produz se o carro parar no posto, e um caixa depende de o cliente ir ao mercado; portanto, estar mais descansado não aumenta a produtividade de forma automática nesses casos"

motoristas de ônibus ou caixas de mercado dependem diretamente da demanda externa. Um frentista só produz se o carro parar no posto, e um caixa depende de o cliente ir ao mercado; portanto, estar mais descansado não aumenta a produtividade de forma automática nesses casos.

Existe o risco de o trabalhador usar o tempo livre para buscar outro emprego em vez de descansar?

Sim, esse risco existe, e há

precedentes, como a experiência relatada sobre o ex-presidente Mujica no Uruguai, onde a redução da carga horária de médicos resultou na busca por um segundo emprego, fazendo-os trabalhar ainda mais horas do que antes. Se o orçamento doméstico aperta, o trabalhador pode acabar usando os dias de folga para fazer “bicos” ou trabalhar em aplicativos, o que anula o objetivo original do descanso.

O que o governo poderia oferecer como contrapartida para viabilizar essa mudança sem prejudicar as empresas?

Se houver insistência nessa pauta, é fundamental retomar a discussão sobre a desoneração da folha de pagamento. O Brasil é um dos poucos países que cobra impostos sobre quem gera empregos: quanto mais funcionários uma empresa possui, mais impostos ela paga. Se a redução de jornada exigir novas contratações, o governo não deveria onerar esses novos postos de trabalho.

Acredita que a pauta será votada em um ano de calendário curto e eleições?

O presidente da Câmara indicou que a matéria será votada, portanto o foco deve ser um debate honesto e maduro, sem medos ou mentiras. É necessário fugir de discursos simplistas que dividem o debate entre ser “a favor ou contra o trabalhador”. O próximo passo será ouvir entidades, como a FGV e o Ipea, para obter dados reais sobre o impacto econômico, permitindo que a sociedade entenda se está disposta a pagar mais caro por produtos e serviços para viabilizar essa nova jornada.

»Entrevista | FELIPE VELLA PATEO | PESQUISADOR DO IPEA

“6x1 é precariedade do trabalho”

» FERNANDA STRICKLAND

Escala de trabalho 6x1 — seis dias trabalhados para um de descanso — pode ser considerada um forte indicador de precarização no mercado brasileiro, especialmente por estar mais presente entre trabalhadores com menor escolaridade e salários mais baixos. É o que afirma Felipe Vella Pateo, técnico da Diretoria de Estudos Sociais do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), ao analisar dados recentes sobre jornada e remuneração no país.

Segundo o pesquisador, além de comprometer o convívio familiar e o tempo de descanso, o modelo está associado a vínculos mais frágeis e maior rotatividade. Ele destaca que, em 2023, trabalhadores com jornadas de 44 horas semanais tinham salário médio de R\$ 2,6 mil — menos da metade dos R\$ 6,2 mil recebidos, em média, por quem trabalha 40 horas. Para Pateo, esse cenário evidencia que as jornadas mais longas tendem a recair justamente sobre quem já ocupa posições mais vulneráveis.

Em meio ao debate sobre possíveis mudanças na organização do trabalho, o especialista avalia que o fim do 6x1 pode favorecer a formalização e não necessariamente levar ao aumento do desemprego, sobretudo em um contexto de mercado aquecido. Ele também pondera que, embora a negociação coletiva seja relevante, uma sinalização legislativa ainda tem papel decisivo para induzir transformações — e observa que a discussão sobre redução de jornada começa a ganhar maturidade no país.

A escala 6x1 é uma forma de precarização do trabalho, ou depende do contexto?

Reprodução Ipea



Normativamente, a escala 6x1 surge de uma combinação da jornada de 44 horas semanais e limite de oito horas diárias, estabelecidos na Constituição, e o artigo 67 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), que estabelece um descanso semanal de 24 horas consecutivas. O que a gente percebe é que esse tipo de escala de trabalho atrapalha o convívio familiar e o período de descanso do trabalhador, ao fazê-lo deslocar-se de casa no fim de semana. Considerando que os serviços como educação funcionam cinco dias por semana, o ideal é que a jornada padrão de trabalho considere liberar o fim de semana também para esse convívio familiar.

É possível identificar um perfil dos trabalhadores que cumprem a jornada 6x1?

Os dados mostram que a jornada de 44 horas está muito predominante entre trabalhadores que têm até nível médio, enquanto entre técnicos e profissionais de nível superior ela não é tão comum. Os dados de 2023 nos mostram ainda que o salário contratual médio de um trabalhador com jornada de 44 horas semanais era de R\$ 2,6 mil, frente a R\$ 6,2 mil para os trabalhadores com jornadas de 40 horas semanais.

O que indica esse corte de renda?

Esse dados demonstram que os trabalhadores submetidos a longas jornadas são aqueles que já têm

empregos mais precários, inclusive sujeitos à maior rotatividade. Por todas essas razões, respondendo à primeira pergunta, é possível dizer, sim, que a escala 6x1 é um indicador forte de precariedade do trabalho.

O fim dessa jornada poderia gerar mais empregos, ou é uma expectativa irreal?

O fim dessa jornada tem dois elementos que contribuem para a geração de empregos formais. De um lado, pode estar o desejo de parte dos empresários em manter seus níveis de funcionamento e produção contratando mais trabalhadores para recompor a perda de horas oferecidas. Por outro, os próprios trabalhadores que



Os trabalhadores submetidos a longas jornadas são aqueles que já têm empregos mais precários, inclusive sujeitos à maior rotatividade. É possível dizer, sim, que a escala 6x1 é um indicador forte de precariedade do trabalho"

porventura estejam na informalidade serão mais atraídos a migrar para vagas de trabalho formal, aumentando a oferta de trabalho.

Esses dois aspectos positivos podem compensar o aumento de custo do trabalho. O empresário, por sua vez, pode aumentar a produtividade investindo em tecnologias que reduzam a utilização da mão de obra. Seria uma forma de contrabalançar a redução na geração de empregos.

É possível, então, enxergar uma solução ganha-ganha?

Em um momento de crescimento da economia e bom desempenho do mercado de trabalho, como o atual, a combinação entre os fatores tende a ser positiva. Na experiência

histórica de redução de jornada feita pela Constituição de 1988, não houve aumento de desemprego. Como o nível de emprego da economia hoje está considerado em um patamar positivo, a manutenção desse já seria considerado um ótimo resultado.

Flexibilização e negociação coletiva são caminhos melhores do que uma eventual proibição?

A negociação coletiva depende da força das organizações dos trabalhadores, o que não é uma realidade para todos os setores econômicos. Nesse sentido, uma sinalização legislativa ainda é muito importante para induzir as mudanças na realidade do mercado de trabalho.

O trabalhador brasileiro está mais cansado hoje do que há uma década? O que mudou?

Após um período de crescimento do emprego com carteira assinada, é natural que os trabalhadores comecem a apresentar mais reivindicações sobre condições de trabalho como a jornada. Quanto mais aquecida a economia, maior tende a ser essa pressão por melhorias trabalhistas, entre elas o direito ao tempo com a família.

Manter o 6x1 é uma necessidade econômica, ou uma resistência cultural do mercado de trabalho brasileiro?

Não há hoje evidências de que a escala 6x1 seja uma necessidade econômica generalizada na economia brasileira. Por outro lado, a redução de jornada induz a novos hábitos, inclusive de consumo e lazer. É muito difícil fazer previsões, pois tudo depende do impulso que a sociedade dará ao tema e a pressão dos diferentes setores interessados sobre o poder legislativo. Há indícios de que o debate está amadurecendo.